

DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo – a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)*. Bauru: EDUSC, 2003. 2 v. Tradução Álvaro Lorencini. v.1- 623 p.; v. 2 - 438 p.

OS PRIMEIROS QUE SERÃO OS ÚLTIMOS

Paulo Roberto Pedrozo Rocha*

*Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP; Doutorando em Ética e Filosofia Política - USP e Professor de Filosofia no Departamento de Ciências Sociais da UNINOVE.
pauloroberto@uninove.br

Primeiro dos sete mais importantes livros de Jean Delumeau, *O Pecado e o Medo* só foi publicado recentemente num inusitado esforço da Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC, de Bauru. O historiador francês, que se notabilizou por sua crítica da Reforma Protestante, teve seus livros na lista dos mais consultados durante décadas entre os estudiosos do Renascimento. Originalmente publicado em 1983, pertence a uma série de sete livros, entre os quais *História do Medo no Ocidente*, *Mil Anos de Felicidade* e *O Que Sobrou do Paraíso*, também publicados em português. A obra, com dois volumes e 1066 páginas, traça o mais completo histórico do papel desenvolvido pelo medo, seja como introspecção ou como instrumento social, na vida do indivíduo ou na organização social. Para tanto, detalha os diversos meios de culpabilização da consciência que a Igreja desenvolveu na história, pondo o medo a seu serviço ou a serviço dos interesses por ela defendidos.

O texto está dividido em três partes, a primeira das quais situa o medo na história da humanidade como um passado macabro num mundo misterioso e pecador. A redenção, tema da segunda parte, surge como elemento diferencial em que a idéia de pecado se associa ao medo para fazer surgir o resgate que só a igreja poderá manipular. A terceira parte, a mais historicista das três, situa o medo nos contextos católico e protestante, bem ao estilo do restante do trabalho do autor. Curioso é que, apesar de especialista nos temas ligados à tradição protestante, o autor dedique pequeno espaço ao tratamento do protestantismo, identificando a questão do medo ao universo católico.

Para Delumeau, a tensão entre medo e aspiração à felicidade existe em toda vida humana e em todas as civilizações. Por isso, a obra registra, de diferentes formas e em momentos muito similares, os posicionamentos humanos que opõem medo e felicidade, segurança e incerteza, num mundo que partia das trevas para as luzes

da história. *O Pecado e o Medo* não se fixa nas questões sexuais ou ainda no pecado da luxúria, pois estes só passaram a ocupar preocupação central na hamartiologia (doutrina do pecado) cristã a partir do Concílio de Trento (1545-1563).

Importante notar que, nas monarquias eclesiásticas da Idade Média, do Renascimento até parte do século XVIII, no auge da Modernidade Histórica, o medo era utilizado como instrumento central para causar a obediência. O medo de arder no inferno pela condenação da Santa Igreja era usado contra os fiéis para incutir-lhes a obediência ao Rei, da qual a monarquia não podia prescindir. Quando veio a Reforma Protestante, esse medo foi relativizado com a dessacralização do Estado Monárquico. Assim, o ‘medo reformado’ é antes um exame de consciência que atormenta a alma do fiel, não porque tenha deixado visivelmente sua condição de crente, mas, acima de tudo, pela possibilidade de não estar entre os eleitos para a salvação – a prova da eleição é, desde sempre, a bênção de Deus sobre as obras das mãos eleitas.

Clássico é o diminuto espaço dado por Delumeau ao tratamento da questão de pecado e medo entre os Anabatistas, movimento contestatário liderado por Thomas Müntzer na primeira metade do século XVI. Nesse quesito, o autor francês se situa entre os historiadores tradicionais que tendem a enxergá-lo como uma revolta de anarquistas sem um objetivo preciso. Para ele, o anabatismo é apenas uma divisão particular dentro do universo sectário que se constituiu a partir do século XVI às margens do protestantismo.

Digno de nota é também o tratamento dado ao tema do pecado original. Referindo-se à citação de Bartolomeo Spina (1523), quando este respondia à pergunta: por que Deus permite a morte dos inocentes?, Delumeau lembra que, de acordo com o teólogo, “Ele [Deus] o faz de maneira justa. Porque se eles não morrem por causa dos pecados que cometeram, morrem sempre culpados pelo pecado original” (p. 461, v. I). Daí em diante, o autor percorre um árduo caminho na história da teologia sobre o dogma do pecado presente na desobediência do primeiro casal, Adão e Eva, para finalmente chegar ao cerne da questão: qual é a origem do mal? Sobre essa origem, registra que, a despeito do esforço de muitos, vários filósofos e teólogos ligados ao cristianismo – de Santo Agostinho a Kant – são unânimes em refutar a idéia de que o homem tenha tido um papel menor na origem do mal. Kant chega a afirmar que é inútil procurar

a raiz desse mal num fato passado: Adão é cada um de nós, diz o filósofo, para acentuar o papel e a responsabilidade humanos na questão.

O medo do ‘Deus Juiz’ é o tema central do segundo volume da edição brasileira da obra. Nele, católicos e protestantes traçarão um macabro ecumenismo na manipulação do sentimento humano; no plano do catolicismo, as iniciativas vão desde a preparação para a morte até as exigências da última confissão. Aliás, numa passagem interessante sobre o sacramento da confissão, Delumeau registra que havia resistência das populações à confissão obrigatória, sobretudo quando feita ao vigário da paróquia que se conhecia bem. Fatos constrangedores impediam que as pessoas do campo confessassem todos os seus pecados. O protestantismo, que desobrigava seus fiéis de tal devoção, parece ter resolvido o problema a seu modo. A saída católica para esse impasse residia no dogma da infinita clemência de Deus, que não hesitaria em perdoar aos pecadores se estes se dispusessem a fazer penitências. O medo do Deus Juiz, associado à idéia unívoca do pecado original, lançava grupos inteiros a uma situação de submissão e sujeição. Já no universo protestante, esse medo foi exemplificado na figura da doutrina de predestinação. Bem menos preocupados com a prestação de contas dos pecados cometidos, os protestantes ocupavam-se de evitar pecados mais imediatos como o adultério e a idolatria, sinais do distanciamento dos ícones que simbolizavam a comunhão com Deus – a pureza da família e da religião.

A insistência sobre o tema da morte e a busca de sinais escatológicos (sobre o fim do mundo) são traços característicos comuns aos universos católico e protestante. A busca de definição da existência humana pelo seu fim, que em grego – língua dos ‘anjos neotestamentários’ – se reveste de dois significados, a saber: destino e finalidade, é ponto alto do catecismo cristão, portanto, comum às duas tradições. Qual é o fim último do homem?, perguntariam os educadores aos catecúmenos de todos os tempos; louvar e adorar a Deus, criador de todas as coisas, responderiam os fiéis que, nutridos de uma primeira certeza, a do pecado cometido, alimentavam o medo de que as coisas pudessem ser ainda piores. Era uma certeza de que o fim último viria a ser o prior (primeiro sentido) da existência.

A importância central desta obra está no fato de os pesquisadores em Filosofia e Teologia terem à mão a oportunidade de perscrutar, com um especialista, os mecanismos religiosos de dominação da consciência, a partir de um componente dogmático ao mesmo tempo sutil e eficaz – o medo.